

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 26/08/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski (T)
AERC	Melissa Pin Lucheti (T)
APTA Regional/ URPD - Piracicaba	Cláudia Mira Attanasio (T) Vera Lúcia Pimentel Salazar (S)
APTA/SAA	Adriana Sacioto Marcantonio (T)
ASSEMAE	Tarciani Benedita baia Santos (T)
	Adriana Roberta Candido (S)
	Márcio Tonelotti (S)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Renato Garofalo (S)
Associação Ambiental Plantar	Thais Regina Vicente (S)
	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
BRK Ambiental	Daiane dos Santos Cardoso (S)
CATI	Melissa Pin Lucheti (S)
CSJ	Alison Leandro Dias (T)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Erika Daiane Martins Fossalusa (T)
DAE Jundiá	Ana Paula Maria Regra (S)
	Cláudia Debroy de Campos (S)
	Maria Carolina Hertel Dutra (S)
	Rodrigo de Almeida Marçal (S)
DAE Santa Bárbara d'Oeste	Felipe Augusto Gasparotto (S)
DAEV S.A	Daniel Maeda (T)
	Pedro Ferreira Steola (S)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	José Fernando Calistron Valle (T)
IAG/USP	Humberto Ribeiro da Rocha (T)
IPT	Luiz Roberto Magossi (S)
IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (T)
P.M. de Cordeirópolis	Stephanie Fernandes Rocha (T)
P.M de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
P.M de Hortolândia	Paulo José Mancuso (T)
P.M de Indaiatuba	Ildo de Sousa Dias (T)
	Adriano Prochowski (S)
	Ivan Perez Aninger (S)
P.M. de Iracemápolis	Simone Fernanda Zambuzi (T)
P.M de Itatiba	Lucas Marino Vivot (S)
P.M de Itupeva	Isabela Ferreira Maia (S)
P.M de Jaguariúna	Aline Granghelli Catão (T)
	Mariana Tibúrcio Durante (S)

P.M. de Jarinu	Ana Loren Lopes (S)
P.M de Limeira	Raquel Schmidt (T) Maicon Diego Grella (S)
P.M de Morungaba	Amarildo Rogério (S)
P.M. de Paulínia	Nara Cristina Chiarini Pena Barbosa (T)
P.M. de Piracicaba	Juliana Goncalvez Gragnani (S)
P.M de Vinhedo	Cristina Aparecida Bernardes (T)
	Carlos Augusto Soprano Antonio (S)
PUC Campinas	Regina Márcia Longo (T)
SANASA	Renato Garofalo (T)
	Adriana Roberta Candido (S)
	Márcio Tonelotti (S)
	Marisa Emiko Kawaichi (S)
	Tarciani Benedita baia Santos (S)
SANEBAVI	Thais Regina Vicente (S)
	Mara Letelian Leite Reis (T)
SEMIL/DPFA	Jeanne Marie Garcia Le Bourlegat (T)
SIMBiOSE	Bruna Locardi Machado (S)
	Bruno Geraldi Martins (S)
	Nathalia Diniz Kammer (S)
UNESP IGCE	Beatriz Leonardo da Silva (S)

Membros ausentes	
Entidades	
AEAP	
Consórcio PCJ	
Elo Ambiental	
Embrapa	
INEVAT	
IPEL	
P.M de Campo Limpo Paulista	
P.M de Charqueada	
P.M. de Salto	
P.M. de Várzea Paulista	
SAA	
SABESP	
TNC	
UNICAMP	

Demais Presentes	
Entidade	Representante
CPFL	Leandro Henrique Soares
COMCLIMA Piracicaba	Sem identificação
Fundação Agência das Bacias PCJ	Felipe Requena
	Leonardo Baumgratz
	Luclecia Soares

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 26/08/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

	Mateus Ismael
	Nathalia Corá
	Rosa Cardoso
	Tainá Moura
GAEMA	Bartira Elia
IGCE/UNESP Rio Claro (JVPCJ)	Felipe Rodrigues Calixto da Silva
	Laura Ressel Guilherme
Imaflora	André del Gaudio
	Leticia Fazio
IPSA-C	Audrei Marques Fedatto
	Mauricio Magossi
Município de Jundiá	Massao Okazaki
SIMBiOSE	Thais Rosa
Tix – Amparo/SP	Helmut Werner Forster

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2026, realizou-se, por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, a 14ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ. **1. Pauta:** A pauta e a convocação para a reunião foram encaminhadas aos membros por mensagem eletrônica em 19 de agosto de 2026. **2. Abertura da 14ª Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos Mananciais (CT-Mananciais) dos Comitês PCJ:** A abertura da reunião foi realizada pelo Srs. João José Assumpção de Abreu Demarchi, coordenador da CT-Mananciais e representante da Associação Ambiental Plantar (AAP) e do Instituto de Zootecnia da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (IZ/APTA), e Miguel Madalena Milinski, coordenador-adjunto da CT-Mananciais e representante da Associação Amigos do Horto Rio Claro (AAMHOR), que agradeceram pela presença de todos e informaram a existência de quórum para o início da reunião. O Sr. João Demarchi informou sobre o processo de atualização da Política de Mananciais, conduzido conjuntamente pela CT-Mananciais e pela Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural) dos Comitês PCJ. Enfatizou a relevância da integração desse processo com outras políticas dos Comitês PCJ, sobretudo as voltadas à Educação Ambiental, ao Monitoramento e ao Plano Municipal de Segurança da Água (PSA). Relatou também sua participação no evento “Jovem vem para o PCJ”, destacando a relevância da capacitação de novos participantes para dar continuidade

às ações dos Comitês. Continuando, o Sr. João Demarchi destacou a correlação entre as políticas de mananciais e de segurança da água, ressaltando que a primeira atua na garantia de água bruta com qualidade e quantidade adequadas no ponto de captação, enquanto a segunda acompanha a segurança hídrica desde a captação até o consumidor final, evidenciando os riscos compartilhados e a necessidade de articulação contínua. Informou, ainda, sua representação dos Comitês PCJ na Câmara Técnica de Proteção das Águas (CTPA) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH) do Estado de São Paulo, onde são debatidas diretrizes de atualização das políticas de proteção de mananciais cujas contribuições poderão subsidiar os trabalhos nos Comitês PCJ. Mencionou iniciativas da CT-Rural, como o Projeto Propriedade Rural Amiga da Água, e ações complementares, como o Movimento Viva Água no Sistema Cantareira, o qual mobiliza recursos privados, outras fontes de financiamento e o terceiro setor para potencializar a atuação da CT-Mananciais e da Política de Mananciais. Por fim, adiantou o panorama das apresentações previstas na pauta, citando o Projeto Plantar Vida (Imaflora), focado no rio Camanducaia; as ações do Corredor Caipira, no rio Corumbataí; e o estudo de caso da Simbiose, voltado à proteção de áreas de recarga. Destacou a importância do acompanhamento dessas iniciativas e de sua integração com as ações dos Comitês PCJ para o fortalecimento na atuação conjunta dos desafios à proteção dos mananciais. **3. Aprovação da Ata da 13ª Reunião Ordinária, realizada em 24/06/26, por videoconferência:** Na sequência, o Sr. João Demarchi informou que foi enviado aos membros, por mensagem eletrônica, junto da convocação, dentro do prazo regimental, a minuta de ata da 13ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais, realizada em 24/06/26, por videoconferência. Na sequência, questionou se haveria a necessidade de leitura, sendo dispensada por todos. Abriu espaço para manifestações quanto ao conteúdo da minuta, não havendo, submeteu aos membros para aprovação, sendo aprovada por unanimidade. **4. Aprovação de novo membro:** Em seguida, a Sra. Tainá Moura, da equipe de apoio da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ (SE/PCJ) informou que, conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas, aprovado pela [Deliberação dos Comitês PCJ no 362/21 de 30/03/2021](#), entidades podem se tornar membros das Câmaras



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 26/08/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Técnicas a qualquer momento, desde que sua entrada seja analisada e aprovada pelos membros da CT, caso a solicitação ocorra fora do período de renovação. Nesse sentido, a SE/PCJ recebeu um ofício de indicação, em 20/05/26, do Instituto de Proteção Socioambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí (IPSA-C) indicando o Sr. Mauricio Magossi para representante titular e a Sra. Andrei Juliana Marques Fedatto como representante suplente. Assim, o Sr. João Demarchi submeteu aos membros a inclusão da entidade para aprovação, sendo aprovado por unanimidade. 5. **Apresentação: Projeto Plantar Vida - Restaurando a bacia do Rio Camanducaia (Imaflora):** O Sr. André Del Gaudio, representante do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora), agradeceu o convite e iniciou a apresentação comentando sobre a instituição, organização do terceiro setor fundada na década de 1990, sediada em Piracicaba/SP e com escritório no Pará. Relatou que a atuação da entidade, iniciada no bioma amazônico no contexto das discussões globais sobre mudanças climáticas, expandiu-se para todos os biomas brasileiros, abrangendo temas de sociobiodiversidade, cadeias de commodities (como carne e soja), auditoria florestal, certificações e formulação de protocolos. Destacou que a restauração florestal é uma frente mais recente, com cerca de cinco anos, acumulando aproximadamente 1.000 hectares em restauração nos estados de São Paulo e Minas Gerais. Em seguida, detalhou o Projeto Plantar Vida, voltado à bacia do rio Camanducaia e desenvolvido em parceria entre a empresa Ypê, o Imaflora e a SOS Mata Atlântica. Contextualizou que o projeto nasceu ao se identificar a água como elemento crítico na matriz de materialidade da Ypê, essencial para a sustentabilidade de suas operações na região. Dada a extensa área a montante da fábrica, necessária para garantir a segurança hídrica de médio e longo prazo, a Ypê encomendou ao Imaflora um estudo de priorização espacial baseado em bases públicas e indicadores de caracterização hidrológica, relevo, uso do solo, estrutura fundiária e déficits de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL). Complementando, a Sra. Letícia Fazio, representante do Imaflora, detalhou a metodologia do estudo de priorização, que cobriu cerca de 66 mil hectares divididos em 120 unidades hidrográficas. Por meio de análises estatísticas e geoespaciais, essas unidades foram

classificadas em seis grupos de similaridade e ranqueadas de A a F em prioridade, considerando a segurança hídrica, a conectividade de fragmentos e os déficits ambientais. O estudo abrangeu sete municípios e identificou um potencial de restauração de aproximadamente 7.200 hectares (déficits de APP e RL), o que permitiria elevar a cobertura florestal nativa da região de 22,5% para 33,3%. Na sequência, o Sr. André apresentou os resultados do primeiro ciclo do projeto (2024-2025), que envolveu a mobilização de proprietários rurais e resultou na seleção de sete propriedades, somando 29 hectares em restauração nos municípios de Amparo, Serra Negra e Monte Alegre do Sul. Foram plantadas cerca de 33.500 mudas de 61 espécies, aliado ao estímulo à regeneração natural, beneficiando diretamente cerca de 50 pessoas. Destacou as parcerias com viveiros locais, SOS Mata Atlântica, Reconecta e Comitês PCJ. Após a exibição de um vídeo institucional com registros das ações e o depoimento de uma proprietária rural, expôs os desafios observados no primeiro ciclo: forte predominância de pequenas propriedades, fragmentação das áreas, necessidade de cercamento, limitações orçamentárias e relevo acidentado. Sobre o segundo ciclo (2025-2026), informou que a Ypê manteve o financiamento integral da restauração, cobrindo manutenção, seguro e mensuração de carbono, e ampliou a área de atuação para os municípios de Socorro e Pinhalzinho. Somados os dois ciclos, o projeto contabiliza 58 hectares em restauração. A Sra. Letícia ressaltou que Socorro e Pinhalzinho concentram a maior parte das áreas de alta prioridade (classes A, B e C) e destacou a complexidade do trabalho, dado que 99% dos imóveis no CAR são pequenas propriedades (até quatro módulos fiscais) e 64% possuem menos de dois hectares, exigindo conciliar a recuperação ambiental com as atividades produtivas. O Sr. André abordou os esforços de perenização das ações, mencionando a criação de um curso online em 15 módulos focado na manutenção de áreas de Mata Atlântica, além da disponibilização de materiais educativos. Concluiu defendendo a ampliação do projeto via engajamento municipal, capacitação técnica, articulação em rede e consolidação de indicadores de impacto hídrico. Após a apresentação, o Sr. Felipe Requena, da Assessoria Ambiental da Fundação Agência das Bacias PCJ, parabenizou a equipe e informou que



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 26/08/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

estão em articulação parcerias entre a Fundação Agência PCJ, Imaflora, SOS Mata Atlântica e Ypê para fomentar ações na sub-bacia do rio Camanducaia no âmbito da Política de Mananciais, incluindo a estruturação de uma Unidade Gestora de Projeto (UGP) regional, à semelhança dos modelos adotados no Cantareira e no Corumbataí. Nesse sentido, o Sr. João Demarchi reforçou as oportunidades de sinergia entre o Projeto Plantar Vida e outras iniciativas locais, destacando a gestão por sub-bacias, o papel das Unidades Coordenadoras de Execução (UCEs) no apoio aos municípios e a disponibilidade de recursos para restauração, cercamento, saneamento e conservação do solo. Ressaltou a importância dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado (PMMA/Cerrado), da criação de corredores ecológicos, do incentivo ao PSA e do alinhamento com o Ministério Público sobre o papel dos municípios. Enfatizou também a relevância das áreas de contribuição dos futuros reservatórios e sugeriu a formalização de um Termo de Cooperação para dar segurança jurídica e perenidade à parceria com o Imaflora. Em seguida, após as discussões, o Sr. João Demarchi agradeceu as contribuições de todos e seguiu para o próximo item da pauta. **6.**

Apresentação: "Proteção e ordenamento em áreas de recarga protegidas: estudo do Marmeleiro, Atibaia - SP" (SIMBiOSE): A Sra. Bruna Locardi Machado, representante da Associação Serra do Itapetinga Movimento pela Biodiversidade e Organização dos Setores Ecológicos (SIMBiOSE), apresentou o Diagnóstico Socioambiental da região do Marmeleiro, em Atibaia/SP, elaborado em parceria com o Coletivo Socioambiental de Atibaia. Contextualizou a atuação da SIMBiOSE (fundada em 2005) em conservação, gestão territorial e manejo integrado do fogo, e do Coletivo (criado em 2019) em planejamento urbano, criação de áreas protegidas e participação social. Exibiu o enquadramento territorial da Bacia PCJ, a APA do Sistema Cantareira, o Parque Estadual do Itapetinga e a APA do Rio Atibaia (unidade municipal criada para conter a expansão urbana sobre a várzea do rio). Detalhou a região do Marmeleiro, indicando 117 hectares já urbanizados e 210 hectares em processo de conversão, relacionando as cotas de drenagem e a área de alagamento natural. Apontou que a mancha de conversão abrange nove loteamentos projetados, em sua

maioria sobre áreas de inundação, com presença de múltiplos córregos e riachos. Alertou para os riscos de enxurradas e desastres (já previstos no Plano Diretor), acentuados pelo modelo tradicional de loteamentos fechados (murados) e pelo desnível superior a 100 metros entre as cotas mais altas e as áreas inundáveis. Esclareceu que a área pertence à Bacia dos Pintos, a maior das quatro sub-bacias contribuintes para a captação do rio Atibaia. Indicou que apenas 21% dessa área possui proteção integral, estando o restante inserido na zona de proteção de atributos da APA do Sistema Cantareira. Os nove loteamentos preveem a criação de 2.700 lotes e 210 hectares de impermeabilização sobre antigas pastagens e remanescentes florestais, agravando o risco de enxurradas e escorregamentos. Em seguida, a Sra. Thais Rosa, representante da SIMBiOSE, enfatizou que o adensamento atinge uma área de relevo mais suave, de fundamental importância para a recarga hídrica. Destacou que os empreendimentos interceptam o único corredor de conectividade ecológica remanescente na legislação municipal (faixa de 200 metros), responsável por ligar a Serra do Itapetinga, a APA do Rio Atibaia, a região de Piracaia e a Mantiqueira. Salientou que os riscos de inundações e desastres na área já haviam sido mapeados há cerca de uma década em estudo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). Alertou para os impactos indiretos e efeitos de borda da urbanização colada ao limite do Parque Estadual, na sua zona de amortecimento. Sob o aspecto legal, criticou a ausência de estudos de impacto sinérgico no licenciamento ambiental, uma vez que os loteamentos são avaliados de forma fracionada nas esferas municipal e estadual. Questionou a fragilidade de aprovações que chegam à análise ambiental já canceladas por outras secretarias, sem a devida regulamentação dos estudos previstos no plano de manejo do Parque. Nesse sentido, a Sra. Bruna apontou o descompasso entre os instrumentos de planejamento urbano (como o Plano de Drenagem de 2019, desatualizado) e a aprovação contínua de loteamentos em modelos ultrapassados, sem considerar Soluções Baseadas na Natureza (SBN) ou os conceitos de "cidades-esponja". Enfatizou que a discussão não visa proibir a expansão urbana, mas sim condicioná-la aos princípios da prevenção, precaução e não retrocesso ambiental, não podendo o "direito de protocolo" suplantiar a legislação ambiental. Defendeu a necessidade

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 26/08/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

de licenciamento bifásico, a integração entre Município e Estado e a importância da atuação de promotoria especializada em meio ambiente, lamentando a ausência de uma unidade do GAEMA na região. Aberto o debate, os Srs. Paulo José Mancuso, representante da Prefeitura de Hortolândia, Maurício Magossi, João Demarchi e Adriano Prochowski, representante da Prefeitura de Indaiatuba, juntamente com a Sra. Bruna Locardi, discutiram: **i.** os desafios do licenciamento ambiental municipalizado e a necessidade de critérios técnicos objetivos e regulamentação clara; **ii.** a importância da integração entre planejamento urbano, parcelamento do solo e proteção de mananciais; **iii.** o aprimoramento de exigências relativas a parâmetros de permeabilidade, drenagem sustentável e conservação do solo e da água; **iv.** o fortalecimento da atuação articulada entre municípios, órgãos ambientais estaduais e os Comitês PCJ; **v.** a viabilidade de criação de grupos de trabalho e consórcios intermunicipais para apoio ao ordenamento territorial e ao licenciamento ambiental. Após as discussões, o Sr. João Demarchi agradeceu as contribuições dos presentes e deu encerramento ao item da pauta. **7. Informes:** Na sequência, o Sr. João Demarchi passou para os informes. **7.1. da Coordenação: a)** O Sr. Miguel informou que, em 2027, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizará o Censo Agropecuário, tendo o município de Rio Claro selecionado para a realização de um projeto-piloto, previsto para novembro/2026. Esclareceu que a etapa terá caráter experimental e que a equipe responsável ficará sediada na Secretaria Municipal para a execução do levantamento; **b)** Informou que, durante a discussão e aprovação do edital de Proteção dos Mananciais, apresentou questionamentos relacionados aos critérios do edital, considerando a realidade dos municípios e a perspectiva de atuação como tomadores de recursos. Relatou que, a partir dessas discussões, será apresentada uma proposta na 34ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), prevista para ocorrer em 27/08/2026, para apreciação e votação. **7.2 dos membros:** O Sr. Paulo Mancuso informou que irá se aposentar em 02/09/26, sendo esta sua última participação em reunião representando o município de Hortolândia. Registrou seu agradecimento pela convivência e parceria com os membros ao longo de mais de dez anos e manifestou

interesse em continuar contribuindo com as atividades das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ, colocando-se à disposição em permanecer próximo às atividades desenvolvidas no âmbito dos Comitês PCJ. **7.3 da Secretaria Executiva:** a Sra. Tainá Moura iniciou os informes da SE/PCJ: **a) Exclusão de membros:** informou que conforme o Regimento Geral das Câmaras Técnicas (Deliberação dos Comitês PCJ nº 362/21) serão excluídos das CTs que se reúnem bimestralmente, os membros para os quais se registre número de faltas superior a duas consecutivas ou quatro alternadas. Nesse sentido, foi excluída da CT-Mananciais a seguinte entidade: **i.** instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ); ii. Serviço Municipal de Água e Esgoto (SEMAE). A entidade excluída só poderá voltar a participar da CT, como membro, no próximo mandato (2027-2029); **b) Alteração dos representantes dos membros:** informou que entre a última reunião da CT-Mananciais e essa, a SE/PCJ recebeu a solicitação de alteração de representante da seguinte entidade: **i.** Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Piracicaba (AEAP); solicitando a inclusão da Sra. Denise Aparecida Dedini para representante titular em substituição do Sr. Mauricio Magossi; **ii.** Prefeitura de Campo Limpo Paulista (P.M de Campo Limpo); remoção do Sr. David Habling. Como se trata de alterações de entidades que integram a CT-OL, o informe é apresentado aos membros apenas para ciência, sem a necessidade de aprovação; **c) Capacitação dos membros dos Comitês PCJ:** destacou a demanda de incentivar os membros das Câmaras Técnicas a capacitarem-se, visando o aperfeiçoamento das discussões dos Comitês PCJ e em atendimento aos critérios da Deliberação CRH nº 248, de 18/02/21, que aprovou a metodologia de distribuição dos recursos financeiros do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) oriundos da Compensação Financeira pelo Uso de Recursos Hídricos para fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH). A principal orientação é que sejam cursos na temática de meio ambiente e recursos hídricos, com realização a partir do ano de 2026. Foram citados como exemplo os cursos do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (Capacita-SigRH), também sendo aceitos certificados de cursos de especialização ou outros cursos de capacitação técnica. Destacou ainda, o portal de Capacitação da Agência

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-MANANCIAIS: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS MANANCIAIS

Ata da 14ª Reunião Ordinária da CT-Mananciais - 26/08/2026 - 9h00

Reunião por videoconferência - Google Meet

Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), que tem seu catálogo de cursos incorporado a plataforma da Escola Virtual de Governo (EV.G). Complementarmente, orientou que os certificados de cursos devem ser enviados para o e-mail da Secretaria Executiva; **d) Próximas reuniões dos Comitês PCJ:** convidou os presentes para as próximas reuniões dos Comitês PCJ, a qual a participação não é obrigatória para os que não forem membros, ficando o convite aberto aos que queiram participar como ouvintes, sendo: 34ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), no dia 27/08/2026, às 09h00, em Mogi Mirim/SP. Mais informações podem ser obtidas na agenda do site dos Comitês PCJ; **e) Custeio de despesas de viagem aos membros dos Comitês PCJ:** reiterou que a próxima reunião da CT-Mananciais será presencial, nesse sentido, os membros podem solicitar o custeio de despesas para participação das reuniões, conforme estabelecido pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 282/17 (link) e suas alterações. A concessão de diárias para participação em atividades dos Comitês PCJ destina-se ao pagamento de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana no local de destino. As diárias são disponibilizadas para: i. membros representantes de organizações civis (exceto empresas privadas); ii. membro de entidade associativa representativa de usuários de recursos hídricos; iii. coordenador e coordenador-adjunto das Câmaras Técnicas dos Comitês PCJ; iv. pessoa física sem vínculo ou representação nos Comitês PCJ convidada a palestrar. É necessário que a solicitação ocorra no prazo de até 5 (cinco) dias antes da reunião, com anexo de documentos que justifiquem a necessidade da viagem, tais como convocação e pauta da reunião. Para reuniões plenárias, o prazo para solicitação de diária é de até 8 (oito) dias antes da reunião. Após o retorno da viagem é necessário a prestação de contas em até 10 (dez) dias, sendo anexados os comprovantes de comparecimento (cartões de embarque, passagens terrestres, registros fotográficos, certificado de participação, crachá, entre outros). As diárias não serão concedidas se: i. as despesas forem realizadas no município de residência do solicitante; ii. o membro estiver com entrega do relatório de viagem pendente; iii. em caso de membros da coordenação: não estar em dia com a entrega de listas de presenças e atas aprovadas de reuniões ordinárias e extraordinárias; iv.

membro que estiver com pendências com cursos financiados pela Agência PCJ; v. membro que tenha reembolso de outras fontes de recursos. Solicitações e informações devem ser remetidas ao setor de Custeio da Agência das Bacias PCJ: <custeio@agencia.baciaspcj.org.br> ou (19) 3437-2100 (opção 2). As deliberações com as regras específicas para solicitação do custeio, bem como os modelos de documentos para envio, estão disponíveis no site dos Comitês PCJ, neste link; **f) Próximos eventos dos Comitês PCJ:** informou sobre os próximos eventos dos Comitês PCJ, sendo: 7º Conversando sobre o Rio Jundiá: “ele passa por aqui”, organizado pela Câmara Técnica de Outorgas e Licenças (CT-OL) dos Comitês PCJ. O evento irá ocorrer no dia 23/09/26, no Auditório Planeta Água, localizado na sede administrativa da DAE Jundiá, em Jundiá/SP. Mais informações disponíveis na página de “Eventos”; **g) Próximas reuniões da CT-Mananciais:** informou que a próxima reunião da CT-Mananciais está prevista para ocorrer no dia 21/10/2026, presencialmente, em Santa Bárbara d’Oeste/SP. Mais informações podem ser obtidas na agenda da CT-Mananciais no site dos Comitês PCJ. **8. Outros Assuntos:** Em seguida, o Sr. João Demarchi abriu a palavra para outros assuntos e não houve solicitação. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o Sr. João José Assumpção Demarchi, coordenador da CT-Mananciais, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-Mananciais

Miguel Madalena Milinski
Coordenador-adjunto da CT-Mananciais